



Câmara Municipal de Vila Velha - ES

ASSISTENTE LEGISLATIVO

Código da Prova

M01 Y
MANHÃ

 Verifique se o Código da Prova é o mesmo do seu cartão de respostas.

 Duração da prova: **3 horas**

**TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,
A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:**

**“De nada vale aprender bem se você deixar de fazer bem.”
(James C. Hunter)**



ATENÇÃO

Este caderno contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) alternativas de resposta – A, B, C, D e E.

**Verifique se este material está em ordem. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do cartão de respostas.**

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do cartão de respostas, conforme estabelecido no próprio.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- Somente faltando 30 (trinta) minutos para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu caderno de questões.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu caderno de questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local da prova, não sendo possível nem mesmo a utilização dos sanitários.

Candidato, ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o cartão de respostas da Prova Objetiva assinado. Não se esqueça dos seus pertences.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o cartão de respostas.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda ao que se pede.

A prática da empatia em tempos de pandemia

Apesar de este ser um período bastante conturbado, a sociedade parece ter tirado bons aprendizados da pandemia do Novo Coronavírus. Um dos que mais chama a atenção é a empatia. Com muitas pessoas com dificuldades financeiras devido ao impedimento de suas atividades econômicas, a comoção de diversos grupos, universidade e entidades foi imensa, pessoas que arregaçaram as mangas em benefício do próximo.

É válido lembrar que, embora haja informações sobre a prevenção da doença por todos os cantos atualmente – formas de lavar as mãos corretamente, manter uma alimentação saudável, se manter ativo, usar álcool em gel, o que fazer quando sentir alguns sintomas, entre outras – elas nem sempre chegam nas casas de todos os brasileiros.

Existe uma parcela da sociedade que vive na obscuridade, que não tem água encanada e nem tratamento de esgoto, por exemplo, e não consegue adotar nem ao menos as medidas mais básicas de proteção à sua saúde. Por isso, é louvável que haja indivíduos neste momento mobilizados para olhar por aqueles que mais precisam.

Que essa solidariedade que se faz presente seja replicada e motive mais pessoas para que os impactos a essas comunidades carentes sejam minimamente sentidos.

(<https://folhadolitoral.com.br/editorias>)

Questão 1

Todo o segundo parágrafo do texto compõe-se de um período:

- (A) composto por coordenação e subordinação.
- (B) composto por subordinação.
- (C) composto por coordenação.
- (D) de oração absoluta.
- (E) simples.

Questão 2

Dentre as alternativas abaixo, a que NÃO corresponde às informações sobre a prevenção da doença, apresentadas no texto é:

- (A) O uso da máscara.
- (B) Lavagem das mãos.
- (C) Alimentação saudável.
- (D) Uso do álcool em gel.
- (E) Manutenção de atividade.

Questão 3

No segmento “**Deixavam**-se os instrumentos cirúrgicos bem protegidos dentro do laboratório.”, o verbo em destaque está na voz:

- (A) Reflexiva recíproca.
- (B) Passiva analítica.
- (C) Passiva sintética.
- (D) Reflexiva.
- (E) Ativa.

Questão 4

No último parágrafo do texto, “...**para que** os impactos a essas comunidades carentes...”a expressão grifada introduz uma oração, cujo valor semântico é o de:

- (A) comparação.
- (B) finalidade.
- (C) oposição.
- (D) explicação.
- (E) causa.

Questão 5

No trecho retirado do texto, no primeiro parágrafo, “...a **comoção** de diversos grupos...”, a palavra em destaque faz o seu plural como o da palavra:

- (A) Cidadão.
- (B) Capitão.
- (C) Cristão.
- (D) Anfitrião.
- (E) Catalão.

Questão 6

No texto, predomina o modo de organização:

- (A) Narrativo.
- (B) Descritivo.
- (C) Argumentativo.
- (D) Expositivo.
- (E) Injuntivo.

Questão 7

Assinale a alternativa em que a regência verbal NÃO atende à norma culta da língua.

- (A) Ocorreram perdas nessa pandemia que nunca me esquecerei.
- (B) Aquele paciente não esqueceu os favores recebidos no hospital.
- (C) A postura dos médicos agradou ao público em geral.
- (D) Agradeceu-lhe a homenagem recebida naquele dia.
- (E) O doente aspirou o álcool e começou a melhorar.

Questão 8

Quanto à concordância em relação ao emprego do verbo SER, está INCORRETA a frase:

- (A) Essas dores são o meu troféu.
- (B) Minhas alegrias é esta criança.
- (C) Você era os meus sonhos.
- (D) Isso são lembranças de viagem.
- (E) Era 25 de janeiro quando partimos dali.

Questão 9

No segmento, "Apesar de este ser um período bastante conturbado..." (L 1/2), a expressão grifada, pode ser substituída, sem prejuízo do sentido, por:

- (A) Já que.
- (B) Assim que.
- (C) Conforme.
- (D) Conquanto.
- (E) Ainda que.

Questão 10

De acordo com a leitura do texto, pode-se afirmar que:
I – A empatia é o aprendizado mais importante adquirido na pandemia.

II – “Arregaçar as mangas” tem o significado idêntico ao de “Meter a mão na massa”, em linguagem popular.

III – As pessoas que vivem “na obscuridade” são aquelas que não gostam de aparecer.

IV – A solidariedade é um movimento importante, mas a responsabilidade é do governo.

V – A fraternidade colabora para diminuir o sofrimento dos mais vulneráveis.

Estão corretas apenas:

- (A) I, III e V.
- (B) II, III e V.
- (C) I, II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e V.

Noções de Informática

Questão 11

O utilitário do Windows que varre o disco rígido do seu computador em busca de arquivos que não são mais necessários, como arquivos temporários, páginas da Web em cache e itens rejeitados é denominado:

- (A) Limpeza de disco.
- (B) Restauração do sistema.
- (C) Desfragmentador do disco.
- (D) Status e configuração do back-up.
- (E) Monitor de desempenho.

Questão 12

No LINUX, o usuário root é o usuário:

- (A) administrador de dados.
- (B) master administrador do sistema.
- (C) administrador da rede e suas rotas.
- (D) administrador de bancos de dados.
- (E) que serve pra desativar o sistema.

Questão 13

Em uma planilha Excel, as células têm os seguintes valores: A1=10, B1= 8 e C1 = 18
Qual será o valor da A2 ao inserirmos nela a seguinte fórmula: =SOMA (A1:C1) -8/PAR (2)+4?

- (A) 18
- (B) 32
- (C) 24
- (D) 14
- (E) 36

Questão 14

Os HD's externos são conectados aos computadores através da porta tipo:

- (A) SATA
- (B) HDMI
- (C) ATA
- (D) USB
- (E) SERIAL

Questão 15

Um arquivo contendo grande volume de todo tipo de dados históricos de uma corporação, destinado à pesquisa, avaliação e análise de informações é chamado:

- (A) Data Scale.
- (B) Data Storage.
- (C) Data Mining.
- (D) Data Wharehouse.
- (E) Data Center.

Legislação

Questão 16

Ao servidor, inclusive o ocupante de cargo em comissão, que for designado para serviço, curso ou outra atividade fora do Município, em caráter eventual ou transitório, será(ão) concedido(a)s:

- (A) 13º vencimento para custeio das despesas de alimentação e hospedagem.
- (B) adicional noturno para custeio das despesas de alimentação e hospedagem.
- (C) diárias para custeio das despesas de alimentação e hospedagem.
- (D) aposentadoria para custeio das despesas de alimentação e hospedagem.
- (E) gratificação por serviço extraordinário para custeio das despesas de alimentação e hospedagem.

Questão 17

É de competência exclusiva da Câmara Municipal:

- (A) dar posse ao prefeito.
- (B) conceder inamovibilidade aos juizes da comarca.
- (C) instaurar inquérito policial para apurar infrações penais.
- (D) eleger os funcionários da Casa Legislativa para mandato de oito anos.
- (E) auxiliar o Tribunal de Contas na tarefa primária deste de fiscalizar os Poderes Legislativo e Judiciário.

Questão 18

A proposição que tem por fim regular toda a matéria legislativa de competência da Câmara e sujeita à sanção do Prefeito, chama-se:

- (A) Projeto de lei.
- (B) Lei complementar.
- (C) Medida provisória.
- (D) Proposta de medida provisória.
- (E) Emenda constitucional.

Questão 19

A Câmara Municipal representa o:

- (A) Poder legislativo estadual, composta de vereadores, eleitos em pleito direto e secreto, para mandato de dois anos.
- (B) Poder legislativo estadual, composta de deputados, eleitos em pleito indireto e aberto, para mandato de dois anos, prorrogável por igual período.
- (C) Poder legislativo municipal, composta de vereadores, eleitos em pleito direto e aberto, para mandato de dois anos, prorrogável por igual período.
- (D) Poder legislativo municipal, composta de vereadores, eleitos em pleito direto e secreto, para mandato de quatro anos.
- (E) Poder legislativo municipal, composta de vereadores, eleitos em pleito indireto e secreto, para mandato de quatro anos.

Questão 20

Considerando a Resolução 651/2008, que dispõe sobre a estrutura organizacional e administrativa da Câmara, é correto afirmar que todos os órgãos da Câmara estão subordinados ao(à):

- (A) Vereador mais bem votado nas eleições municipais.
- (B) Superintendência Geral.
- (C) Coordenadoria Financeira.
- (D) Coordenadoria Administrativa.
- (E) Departamento de Protocolo, Arquivo e Documentação.

Conhecimentos Específicos

Questão 21

“São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem” (Lei nº 10.406/2002, art. 98).

Marque a resposta correta acerca da classificação e dos institutos da afetação e desafetação dos bens públicos.

- (A) Os bens dominiais ou dominicais são aqueles que podem ser alienados apesar de sua destinação pública, respeitadas as condições previstas em lei.
- (B) Os bens dominiais são bens afetados e, os bens de uso comum do povo e de uso especial, são bens desafetados.
- (C) A desafetação de bens de uso comum não depende de lei ou de ato administrativo previamente autorizado por lei.
- (D) A desafetação de bens de uso especial não depende de lei ou de ato administrativo previamente autorizado por lei, mas sim de fato da natureza.
- (E) A afetação não depende de lei ou de ato administrativo específico porque a qualidade de bem afetado vem de sua simples utilização com finalidade pública.

Questão 22

Marque a alternativa que indica corretamente o foro competente para cada tipo de ação e o respectivo caráter da regra (absoluto ou relativo).

- (A) Ações que guardam vínculo com outras anteriormente propostas – foro ou juízo da ação anterior – caráter relativo
- (B) Ações de reparação de danos em acidentes de veículo – foro do domicílio do autor do fato – caráter absoluto
- (C) Ações de alimentos, ainda que cumuladas com investigação de paternidade – foro de domicílio do alimentando – caráter absoluto
- (D) Ações reais imobiliárias, possessórias e adjudicações compulsórias – foro de situação do imóvel – caráter relativo, se versar sobre servidão e demarcação de terras
- (E) Ações de reparação de danos em geral – foro do lugar do ato ou fato ou do domicílio do consumidor – caráter relativo

Questão 23

A responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, é positivada pela Lei Federal nº 12.846/2013. Acerca desta temática, pode-se afirmar que:

- (A) no processo administrativo para apuração de responsabilidade, será concedido à pessoa jurídica prazo de 30 (trinta) dias para defesa, contados a partir da intimação.
- (B) a responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
- (C) a pessoa jurídica não será responsabilizada se houver primeiro a responsabilização individual das pessoas naturais que dela fazem parte.
- (D) a situação econômica do infrator não é relevante para a aplicação das sanções.
- (E) o acordo de leniência exime a pessoa jurídica da obrigatoriedade de reparação integral do dano causado, pois viabiliza a devolução de parcela da dívida.

Questão 24

A organização administrativa se manifesta na possibilidade dos entes políticos e das entidades da Administração Pública serem divididos em órgãos públicos, cujo propósito é congregar as funções que haverão de ser exercidas pelos agentes públicos. Os órgãos públicos, portanto, se definem como centro de atribuições que está inserido dentro de determinada pessoa jurídica. Em relação às características dos órgãos públicos, pode-se afirmar que:

- (A) a divisão em órgãos é fenômeno que existe na estrutura das pessoas políticas da Administração Direta, mas não na estrutura das entidades da Administração Indireta.
- (B) a criação, organização, funcionamento e extinção de órgãos da Administração Direta, em qualquer hipótese, dependerá de lei.
- (C) de acordo com a Teoria do Órgão, a atuação dos órgãos não será imputada a pessoa jurídica que integram.
- (D) os órgãos públicos de natureza constitucional não têm capacidade processual reconhecida pela lei, doutrina ou jurisprudência para defender suas prerrogativas ou competências funcionais se violadas por ato de outro órgão.
- (E) os órgãos não possuem personalidade jurídica e sua criação é baseada na necessidade de especialização das funções estatais.

Questão 25

A expressão *empresa estatal ou governamental* tem caráter genérico e designa todas as entidades (civis ou empresariais) controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público. Por isso, o fato que caracteriza uma entidade como empresa estatal ou governamental é o fato de ser controlada pelo Estado. Levando em conta os aspectos relativos às empresas públicas e as sociedades de economia mista, é correto afirmar que:

- (A) seus regimes jurídicos são de direito privado derogado parcialmente por normas de direito público e podem ser constituídas sob qualquer forma jurídica admitida em direito.
- (B) seus bens são privados e, mesmo afetados à prestação de serviços públicos, não gozam das proteções dos bens públicos.
- (C) ambas desempenham atividades econômicas de produção ou comercialização de bens e prestação de serviços, exceto serviços públicos.
- (D) ambas conjugam capitais públicos e privados sob o controle societário do Poder Público.
- (E) as empresas públicas não se submetem ao processo de falência ou recuperação judicial e extrajudicial e seu capital é exclusivamente público.

Questão 26

Acerca do estudo das formas de provimento de cargos públicos:

- (A) a nomeação e a promoção são as únicas formas de provimento originário de cargo público.
- (B) a readaptação e o aproveitamento são formas de provimento derivado vertical.
- (C) a promoção e a reintegração são formas de provimento derivado vertical.
- (D) a reintegração e o aproveitamento são formas de provimento derivado por reingresso.
- (E) a readaptação e o aproveitamento são formas de provimento derivado horizontal.

Questão 27

As proibições são condutas vedadas aos servidores públicos e seu descumprimento acarreta a aplicação de uma sanção específica prevista em lei. Correlacione a proibição funcional com sua penalidade disciplinar correspondente e marque a alternativa correta.

- (A) Recusar fé aos documentos públicos – Demissão.
- (B) Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública – Demissão.
- (C) Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares – Suspensão.
- (D) Exercer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho – Advertência.
- (E) Proceder de forma desidiosa – Suspensão.

Questão 28

Conferidos por lei, os atributos do ato administrativo revelam-se como prerrogativas de poder público que são verdadeiro desdobramento do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, basilar do regime jurídico administrativo. Em relação aos atributos do ato administrativo, afirma-se corretamente que.

- (A) a presunção de veracidade é absoluta porque os fatos alegados pela Administração, assim como a prática do ato gozam de fé pública.
- (B) a presunção de legitimidade ou de legalidade é a crença de que o ato foi editado em conformidade com a lei, até que se prove o contrário.
- (C) a autoexecutoriedade, também chamada de *poder extroverso*, é a propriedade que tem o poder público de valer-se de meios indiretos de coação para executar o ato desrespeitado.
- (D) a exigibilidade é a exigência de que todo ato seja previsto em lei para limitar a prática de atos ilegais.
- (E) a imperatividade é a imposição de obrigações, pela Administração Pública ao particular, inclusive nos atos que definem direitos e vantagens.

Questão 29

As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, integrantes da Administração Indireta, criadas por lei específica, detentoras de capacidade de autoadministração, encarregadas do desempenho descentralizado de atividades administrativas típicas do Poder Público e sujeitas a controle pelo ente criador. A partir dessas informações, é correto afirmar que:

- (A) apesar das autarquias serem pessoas jurídicas de direito público, elas não recebem os privilégios processuais que beneficiam a Fazenda Pública.
- (B) as autarquias sujeitam-se as regras da responsabilidade civil objetiva e gozam parcialmente da imunidade tributária recíproca.
- (C) a Justiça do Trabalho é competente para julgar os litígios que envolvem empregados públicos (celetistas) das autarquias federais, estaduais e municipais.
- (D) sejam os bens das autarquias públicos ou privados, estarão protegidos pela alienabilidade condicionada, impenhorabilidade e imprescritibilidade.
- (E) as autarquias são criadas por lei específica e é relativa a obrigatoriedade de que concurso público preceda a contratação de pessoal.

Questão 30

Os *elementos de validade do ato administrativo*, também chamados de *pressupostos de existência e de validade do ato administrativo* são a competência, a finalidade, a formalização, o motivo, o objeto e a causa. O vício ou a ausência de algum desses elementos, a depender da gravidade do caso, pode causar desde uma irregularidade sanável ou a invalidade do ato ou até mesmo a sua inexistência. Acerca desta afirmação, marque a alternativa correta.

- (A) A competência é renunciável, pois não é abrangida pelo princípio da indisponibilidade do interesse público.
- (B) Na hipótese de violada a finalidade específica, mesmo que o agente esteja buscando o interesse público, haverá desvio de finalidade.
- (C) A forma é essencial para a prática do ato e não apenas o meio, definido em lei, através do qual o poder público alcança seus objetivos.
- (D) O objeto é a correlação lógica entre o motivo e o conteúdo do ato administrativo, no exercício da finalidade pública.
- (E) A causa é a situação de fato e de direito que provocou a prática do ato administrativo.

Questão 31

Na processualística civil, quando um condômino ingressa no processo para ajudar outro condômino na defesa de coisa comum ou quando a Defensoria Pública ingressa em Ação Civil Pública para atuar com o Ministério Público, estamos diante da seguinte tipologia da intervenção de terceiros:

- (A) Assistência simples.
- (B) Denúnciação da lide.
- (C) Assistência litisconsorcial.
- (D) Chamamento ao processo.
- (E) Amicus curiae.

Questão 32

Acerca da teoria do dano moral e as tipologias do dano moral coletivo e do dano social (ou difuso), é correto afirmar que:

- (A) o dano social atinge vários direitos da personalidade.
- (B) o dano moral coletivo causa o rebaixamento no nível de vida da coletividade.
- (C) a indenização é destinada para as próprias vítimas do dano social.
- (D) a indenização é destinada a um fundo de proteção ou instituição de caridade no dano moral coletivo.
- (E) as vítimas são indeterminadas no dano social e, determinadas ou determináveis, no dano moral coletivo.

Questão 33

Na matéria de controle de constitucionalidade, a alternativa que classifica corretamente as ações de controle concreto é a seguinte:

- (A) A finalidade da liminar na ação direta de inconstitucionalidade é, exclusivamente, suspender a eficácia da norma federal impugnada.
- (B) O único recurso cabível na ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão são os embargos de declaração.
- (C) A ação declaratória de constitucionalidade tem por objetivo, exclusivamente, a norma federal e nunca admite a modulação dos efeitos.
- (D) A ação direta de inconstitucionalidade admite a modulação dos efeitos e a natureza jurídica da liminar é de medida cautelar.
- (E) A ação declaratória de constitucionalidade admite *amicus curiae*, mas a ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão, não.

Questão 34

Conforme a Lei Federal nº 4.320/1964, a execução orçamentária abrange as seguintes fases da receita orçamentária pública: o lançamento, a arrecadação e o recolhimento. Com base nesta temática, marque a alternativa correta.

- (A) A arrecadação é o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.
- (B) O lançamento é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa.
- (C) O recolhimento é a entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio de agentes ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.
- (D) O lançamento é o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.
- (E) A arrecadação é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa.

Questão 35

Marque a alternativa que indique corretamente os prazos processuais relativos ao Processo Administrativo Federal (Lei 9.784/99):

- (A) apresentação de alegações no recurso pelos demais interessados – 5 dias úteis.
- (B) interposição de recurso administrativo – 15 dias úteis.
- (C) produção de prova ou diligência ordenada – 5 dias úteis no mínimo.
- (D) emissão de parecer por órgão consultivo – 10 dias no máximo, salvo outro prazo previsto legalmente.
- (E) manifestação do interessado após o encerramento da instrução – 15 dias no máximo.

Questão 36

Os atos administrativos podem sofrer de vícios de competência ou de finalidade, de declaração de inexistência, anulação e nulidade. O *excesso* e o *desvio de poder* são duas espécies do gênero *abuso de poder*, responsáveis por viciar os atos da Administração Pública comprometendo-lhes a validade. Acerca dessa matéria, pode-se afirmar que:

- (A) o excesso de poder é um vício de finalidade que pode ser convalidado.
- (B) o desvio de poder é um vício de competência que não pode ser convalidado.
- (C) o desvio de poder é um vício de finalidade que impede a convalidação do ato administrativo.
- (D) a usurpação de função pública é vício que torna nulo o ato administrativo.
- (E) a função de fato invalida o ato administrativo ainda que o administrado tenha agido com boa-fé.

Questão 37

Acerca do controle da Administração Pública exercido pelos Tribunais de Contas e pelo Poder Judiciário; da coisa julgada e da prescrição administrativas, marque a alternativa correta.

- (A) O Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Judiciário no controle interno e externo, podendo fiscalizar quaisquer entidades públicas e privadas que utilizem dinheiro público para execução de suas atividades.
- (B) O impedimento de que uma matéria seja rediscutida na esfera administrativa afasta necessariamente o Poder Judiciário da controvérsia.
- (C) O direito de obter indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público e de pessoas jurídicas de direito privado que prestam serviços públicos prescreve em 10 (dez) anos.
- (D) O controle judicial só pode ser realizado mediante provocação do interessado e, exclusivamente, sobre os aspectos da legalidade.
- (E) O sistema de jurisdição única, adotado pelo direito brasileiro, estabelece que nem todos os litígios (administrativos ou privados) possam ser levados à justiça comum.

Questão 38

Acerca da Lei do Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/19), pode-se afirmar que:

- (A) as responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal; portanto, a existência ou a autoria do fato podem ser questionadas mesmo que decididas no juízo criminal.
- (B) uma de suas penas restritivas de direitos é a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, com a perda dos vencimentos e das vantagens.
- (C) entre os efeitos da condenação está a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos.
- (D) os crimes previstos nesta Lei serão de ação penal pública, mas admite-se ação privada subsidiária no prazo de 12 (doze) meses, contado da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia.
- (E) esta Lei define os crimes de abuso de autoridade, cometidos por servidores públicos que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído.

Questão 39

Acerca das obrigações solidárias e obrigações indivisíveis, marque a alternativa correta.

- (A) A indivisibilidade tem origem objetiva, pois advém da natureza do objeto da prestação.
- (B) A solidariedade tem origem subjetiva e decorre exclusivamente da lei.
- (C) Se a obrigação solidária for convertida em perdas e danos, a solidariedade é extinta.
- (D) Se a obrigação indivisível for convertida em perdas e danos, a indivisibilidade é mantida.
- (E) Com a conversão da obrigação indivisível em perdas e danos, havendo culpa de apenas um dos devedores, todos continuarão responsáveis pela dívida e, somente o culpado responderá pelas perdas e danos.

Questão 40

A alternativa que apresenta uma infração político-administrativa cometida por Prefeitos Municipais sujeita ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionada com a cassação do mandato é a seguinte:

- (A) Nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição de lei.
- (B) Ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em lei, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara dos Vereadores.
- (C) Desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas.
- (D) Antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário.
- (E) Deixar de fornecer certidões de atos ou contratos municipais, dentro do prazo estabelecido em lei.